

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação. A MAPFRE Seguros Gerais S.A. atua nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, com foco em automóveis, riscos patrimoniais e transportes, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Reformulação societária
Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil

Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do Acordo de Reestruturação da Parceria.

A Nova Parceria apresenta-se por meio da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e das Seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil exclusivamente com relação aos ramos de atividade de seguros de vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, produtor rural, residencial, empresarial, massificados e o *run-off* do seguro de grandes riscos (comercializados até a data da reformulação da parceria pela Aliança do Brasil Seguros S.A.).

Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferido a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha.

Prêmios emitidos
No exercício de 2018, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 6,4 bilhões, aumento de 4,7% em relação ao exercício anterior. O crescimento dos prêmios emitidos líquidos no ano foi alcançado pelos segmentos de Agronegócios/Habitacional, Automóvel, Grandes Riscos e Massificados que somadas, apresentaram crescimento de 5,5% quando comparamos ao exercício anterior, reflexo, dos investimentos

internos realizados que buscaram a melhoria de produtos, processos e serviços.

Resultado do ano
A Seguradora vem realizando revisões de processos, ferramentas, sistemas e políticas, como de subscrição, tendo em vista a alta sinistralidade que afetou o resultado do ano.

Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 644,2 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	01/01/2017	01/01/2017
		(reapre-sentado)	(reapre-sentado)	(reapre-sentado)
Ativo				
Circulante		7.630.797	6.829.972	6.427.370
Disponível	5	23.841	13.597	87.912
Caixa e bancos		23.841	13.597	87.912
Equivalentes de caixa	5	23.200	3.864	46.184
Aplicações	6	2.302.050	1.977.385	1.634.742
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.086.087	1.905.780	2.024.905
Prêmios a receber	7	1.644.763	1.765.268	1.896.847
Operações com seguradoras		16.391	40.556	65.058
Operações com resseguradoras	8a	424.933	99.956	65.000
Outros créditos operacionais	9	51.753	66.901	139.678
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	2.299.828	1.859.834	1.482.174
Títulos e créditos a receber		291.457	318.863	306.356
Títulos e créditos a receber	10a	131.868	121.591	153.090
Créditos tributários e previdenciários	30b	127.388	135.094	106.477
Outros créditos	10b	32.201	62.178	47.369
Outros valores e bens		63.082	200.548	224.912
Bens à venda	11	62.625	199.936	222.876
Outros valores		457	612	2.036
Despesas antecipadas		10.819	5.558	10.947
Custos de aquisição diferidos	12	478.360	477.642	468.980
Seguros		478.360	477.642	468.980
Ativo não circulante		2.796.433	2.507.601	2.649.488
Realizável a longo prazo		2.452.336	2.104.830	2.221.779
Aplicações	6	999.886	902.145	1.080.882
Créditos das operações com seguros e resseguros		75.684	51.581	38.125
Prêmios a receber	7	75.684	51.581	38.125
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	152.226	135.556	158.643
Títulos e créditos a receber		1.123.935	932.085	873.642
Créditos tributários e previdenciários	30b	908.589	733.161	692.356
Depósitos judiciais e fiscais	27a	215.346	198.924	181.286
Custos de aquisição diferidos	12	100.605	83.463	69.987
Seguros		100.605	83.463	69.987
Investimentos		7.026	7.122	6.063
Participações societárias	13	6.992	6.974	5.915
Outros investimentos		34	148	148
Imobilizado	14	68.758	68.194	65.455
Imóveis de uso próprio		32.910	34.557	38.996
Bens móveis		18.796	13.923	21.629
Outras imobilizações		17.052	19.714	4.830
Intangível	15	268.313	327.455	356.691
Total do ativo		10.427.230	9.337.573	9.076.858

	Nota	2018	01/01/2017	01/01/2017
		(reapre-sentado)	(reapre-sentado)	(reapre-sentado)
Passivo				
Circulante		7.074.127	6.040.417	5.609.061
Contas a pagar		350.543	327.567	368.956
Obrigações a pagar	16	207.441	177.765	213.382
Impostos e encargos sociais a recolher	17	108.516	115.345	119.307
Encargos trabalhistas		25.526	25.643	31.226
Impostos e contribuições	18	9.060	8.814	5.024
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.169.147	727.048	737.361
Prêmios a restituir		-	2.386	1.793
Operações com seguradoras	19	64.026	38.301	55.922
Operações com resseguradoras	8b	873.271	500.125	454.256
Corretores de seguros e resseguros	20	151.176	156.621	162.543
Outros débitos operacionais	21	80.674	29.615	62.847
Depósitos de terceiros	22	141.691	179.925	131.851
Provisões técnicas - seguros	23	5.412.746	4.805.877	4.370.893
Danos		5.151.587	4.547.337	4.128.101
Pessoas		261.159	258.540	242.792
Passivo não circulante		1.396.000	1.009.107	939.938
Provisões técnicas - seguros	23	1.077.120	832.489	788.404
Danos		922.794	714.651	692.562
Pessoas		154.326	117.838	95.842
Outros débitos		318.880	176.618	151.534
Provisões judiciais	27	318.880	176.618	151.534
Patrimônio líquido	28	1.957.103	2.288.049	2.527.859
Capital social		2.072.858	2.072.858	1.915.863
Aumento de capital (em aprovação)		-	-	156.995
Reservas de capital		542	542	542
Reservas de reavaliação		397	397	396
Reservas de lucros		-	212.601	451.646
Ajustes de avaliação patrimonial		11.098	1.651	2.417
Prejuízo acumulado		(127.792)	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		10.427.230	9.337.573	9.076.858

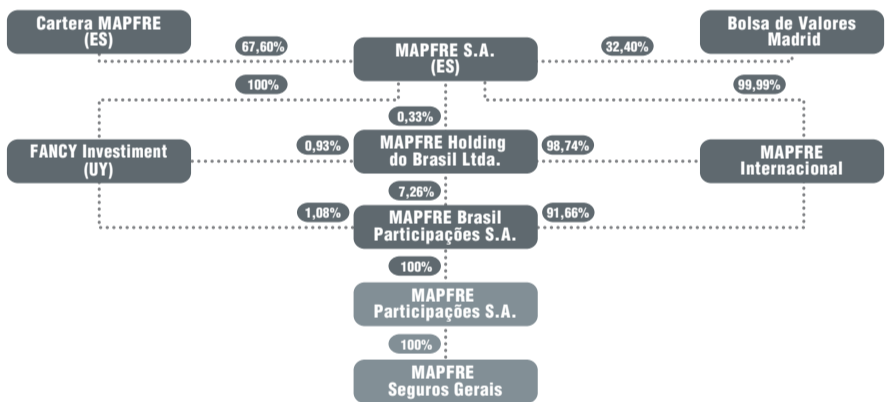
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Agio na subscrição de ações	Reserva de capital (investida)	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2017 (reapresentado)	1.915.863	156.995	497	45	396	48.589	403.057	2.417	2.527.859
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 239, de 06 de março de 2017	156.995	(156.995)	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(766)	-	(766)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	-	-	-	-	(30.600)	-	(30.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	-	-	-	-	(62.300)	-	(62.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	-	-	-	-	(65.300)	-	(65.300)
Reserva de reavaliação (tributos diferidos)	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(80.845)	(80.845)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	-	-	-	80.845	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	2.072.858	497	45	397	48.589	164.012	1.651	2.288.049	2.288.049
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	9.447	-	9.447
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(340.393)	(340.393)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	-	-	-	212.601	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.072.858	497	45	397	48.589	164.012	11.098	(127.792)	1.957.103

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo social operar em seguros e cosseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A. e MAPFRE Brasil Participações S.A.), as Intervenientes (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.), MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasilveículos Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) o Acordo de Reestruturação da Parceria. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferido a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de novembro de 2018.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2019.

b) Comparabilidade: Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016), e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente do exercício de 2017, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras individuais daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência: (1) Adequação das posições dos ativos e passivos de Resseguros - Recuperação dos Sinistros, sua respectiva Redução ao Valor Recuperável e Prêmios Cedidos - por meios de recomposição de saldos, a partir dos relatórios oficiais, movimentações contábeis e financeiras; (2) Adequação do saldo dos passivos de depósitos de terceiros, decorrente do processo de reconciliação; (3) Compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos conforme CPC 32 - Tributos sobre o lucro, anteriormente apresentados de forma segregada no balanço patrimonial, sem ter sido considerado que a Seguradora detinha o direito legalmente executável de compensação; (4) Efeitos tributários oriundos dos referidos ajustes. Abaixo, demonstramos resumo das adequações de saldos para correta comparabilidade às demonstrações financeiras individuais originalmente apresentadas:

	01/01/2017	
	Saldo anteriormente apresentados	Saldo reapre-sentados
Ativo		
Ativo circulante	6.551.081	6.427.370
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.148.616	2.024.905
Operações com seguradoras (1)	188.711	65.000
Outros - créditos das operações com seguros e resseguros	1.959.905	1.959.905
Outros - ativo circulante	4.402.465	4.402.465
Ativo não circulante	2.515.431	2.649.488
Títulos e créditos a receber	739.585	873.642
Créditos tributários e previdenciários (3)/(4)	558.299	692.356
Outros - títulos e créditos a receber	181.286	181.286
Outros - ativo não circulante	1.775.846	1.775.846
Total do ativo	9.066.512	9.076.858
Passivo		
Passivo circulante	5.429.622	5.609.061
Débitos de operações com seguros e resseguros	673.790	737.361
Operações com resseguradoras (1)	390.685	63.571
Outros - débitos de operações com seguros e resseguros	283.105	283.105
Depósitos de terceiros (2)	15.983	131.851
Provisões técnicas - seguros	4.739.849	4.739.849
Passivo não circulante	942.299	939.938
Outros - passivo não circulante (3)	942.299	939.938
Patrimônio líquido	2.694.591	2.527.859
Reservas de lucros	618.378	451.646
Outros - patrimônio líquido	2.076.213	2.076.213
Total do passivo e patrimônio líquido	9.066.512	9.076.858

	31/12/2017	
	Saldo anteriormente apresentados	Saldo reapre-sentados
Ativo		
Ativo circulante	6.996.994	6.829.972
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.072.802	1.905.780
Operações com resseguradoras (1)	266.978	99.956
Outros - créditos das operações com seguros e resseguros	1.805.824	1.805.824
Outros - ativo circulante	4.924.192	4.924.192
Ativo não circulante	2.382.033	2.507.601
Títulos e créditos a receber	806.517	932.085
Créditos tributários e previdenciários (3)/(4)	607.593	733.161
Outros - títulos e créditos a receber	198.924	198.924
Outros - ativo não circulante	1.575.516	1.575.516
Total do ativo	9.379.027	9.337.573
Passivo		
Passivo circulante	5.924.549	6.040.417
Depósitos de terceiros (2)	64.057	179.925
Outros - passivo circulante	5.860.492	5.860.492
Passivo não		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios

de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade proporcional são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade não proporcional são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos de resseguro e em contratos facultativos. Os valores a receber, em relação aos contratos de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c ii. Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **k) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *pro rata-die* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método *pro rata-die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Videntes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída por os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit líquido a ser distribuído aos participantes do consórcio no instrumento de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNER), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **m) Operações com o Convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Seguradora no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com o CNP nº 232/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumento de consórcios, os resultados mensais são repassados líquidos aos participantes do consórcio no mês seguinte a sua competência. **n) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovêtes relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alcovêtes a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR, IBNE e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 57,3% para a Seguradora. Os contratos e apólices relativos aos ramos de Seguro de Vida, Seguro de Incapacidade e Seguro de Anuidade por Vida foram analisados e o teste de adequação dos passivos foi realizado em 31/12/2015 e 31/12/2016. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **o) Provisões passivas e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Neste exercício, a Seguradora efetuou revisão das premissas de provisionamento das ações judiciais civis não relacionadas a sinistros e das ações judiciais trabalhistas. Para ações judiciais civis não relacionadas a sinistros, as ações sem decisão judicial, anteriormente classificadas como perdas possíveis passaram a ser classificadas como perdas prováveis. Ainda decisões desfavoráveis de primeira e segunda instância, foram classificadas como perdas prováveis. Para ações judiciais trabalhistas, a alteração se concentrou nas ações que após decisão desfavorável de primeira instância, foram classificadas como perdas prováveis e por consequência foram provisionadas. Os ativos contingentes são reconhecidos em função de um evento futuro e incerto, quando há evidências que os benefícios futuros são prováveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **p) Benefícios aos empregados:** i. **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. **Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Lucros, receitas e despesas operacionais:** Os lucros operacionais são reconhecidos em função de operações comerciais reais ou virtuais, sob condições favoráveis definidas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **r) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO MAPFRE realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e, portanto são classificados como arrendamentos financeiros sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos financeiros são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e diferidos, quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados, no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a sujeito de tributação e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **u) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão de riscos a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo modelo de governança que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo à um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido pelo contrato de seguro para a entidade que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos com testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho MAPFRE. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuição, entre outras, acompanhar a atuação da Auditoria em relação a indivíduos à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios

d) Taxa de juros contratada

	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
NTN-B	IPCA + 7,62%	IPCA + 3,51%	IPCA + 7,62%	IPCA + 3,50%
NTN-C	4,85%	4,85%	4,84%	4,84%
NTN-F	12,91%	10,37%	12,91%	9,44%
TDA	12,98%	12,74%	13,02%	8,62%
CDB	102% do CDI	100% do CDI	106% do CDI	100% do CDI
Debênture	IPCA + 5,41%a.a.	IPCA + 5,41%a.a.	IPCA + 5,41%a.a.	IPCA + 5,41%a.a.
Debênture	100,00% do CDI	100,00% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI
Debênture	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.
Letra financeira	111,8% do CDI	100,00% do CDI	111,60% do CDI	105,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações

	2017		2018	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	1.872.506	2.966.854	(2.737.893)	-
Disponíveis para venda	379.552	131.386	(138.700)	17.176
Mantidos até o vencimento	627.264	-	(46.756)	63.767
Outras aplicações	208	-	-	208
Total	2.879.530	3.098.240	(2.923.349)	17.176

	2016		2017	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	1.263.944	3.695.174	(3.258.617)	-
Disponíveis para venda	534.429	936.949	(1.138.502)	(1.393)
Mantidos até o vencimento	916.525	-	(348.419)	59.158
Outras aplicações	726	-	(518)	208
Total	2.715.624	4.632.123	(4.746.056)	(1.393)

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

	2018		2017	
	Prêmios a receber	Provisão para riscos líquidos	Prêmios a receber	Provisão para riscos líquidos
Ramos agrupados	676.394	(15.679)	660.715	709.154
Automóvel	496.751	(21.540)	475.211	489.931
Patrimonial	108.180	(8.550)	99.630	114.126
Rural	96.026	(4.945)	91.531	117.897
Aeronáuticos	69.542	(5.129)	64.413	73.318
Riscos financeiros	61.297	(4.521)	56.776	139.191
Pessoas coletivas	51.905	-	51.905	77.798
Riscos especiais	37.763	(1.807)	35.956	62.125
Marítimos	32.905	(2.707)	30.198	34.421
Responsabilidades	212	-	212	295
Habitacional	124.219	(29.956)	94.263	107.247
Demais ramos	1.825.456	(105.009)	1.720.447	1.961.749
Total	1.825.456	(105.009)	1.720.447	1.961.749

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2018	2017
Saldo inicial	1.816.849	1.934.972
(+) Prêmios emitidos	7.143.042	6.826.176
(+) IOF	(7.900)	518
(+) Adicional de fracionamento	8.577	6.822
(-) Prêmios cancelados	(686.324)	(688.514)
(-) Recebimentos	(6.593.688)	(6.190.432)
(-/+ Reversão/Constituição de redução ao valor recuperável	(39.891)	(72.693)
Saldo final	1.720.447	1.816.849

c) Composição por prazo de vencimento

	2018	2017
A vencer até 30 dias	877.194	923.986
A vencer de 31 a 60 dias	241.687	252.711
A vencer de 61 a 120 dias	237.194	261.729
A vencer de 121 a 180 dias	80.840	86.822
A vencer de 181 a 365 dias	86.708	133.345
A vencer acima de 365 dias	70.701	43.225
Total a vencer	1.594.324	1.701.818
Vencidos até 30 dias	75.297	62.682
Vencidos de 31 a 60 dias	28.366	14.629
Vencidos de 61 a 120 dias	13.697	19.021
Vencidos de 121 a 180 dias	4.627	7.960
Vencidos de 181 a 365 dias	2.198	4.975
Vencidos acima de 365 dias	1.938	5.764
Total vencidos	126.123	115.031
Total	1.720.447	1.816.849

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 180 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

	2018	2017
a) Ativo	2018	2017
Recuperação de sinistros	484.300	134.670
Redução ao valor recuperável - RVR	(59.367)	(34.714)
Total - operações com resseguradoras	424.933	99.956
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	1.653.825	1.186.775
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	127.530	97.215
Provisão de prêmios não ganhos - PPNNG	508.730	546.698
Risco vigente não emitido - RVNE	138.145	147.512
Provisão de despesas relacionadas - PDR	23.824	17.190
Total	2.452.054	1.995.390
b) Passivo	2018	2017
Prêmios cedidos	971.207	532.877
Comissões a recuperar	(97.936)	(32.752)
Total	873.271	500.125

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	2018		2017	
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)
Automóvel	2.764.183	-	2.568.684	-
Patrimonial	1.355.573	770.139	1.320.435	753.933
Pessoas	746.087	1.497	765.641	2.004
Rural	437.609	118.632	407.452	123.107
Marítimos/Aeronáuticos	257.062	203.111	225.870	213.859
Riscos	273.964	10.278	295.944	23.453
Transportes	488.482	185.633	453.184	167.625
Demais	6.233.500	1.289.290	5.998.210	1.283.981
Total	6.233.500	1.289.290	5.998.210	1.283.981

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ (28.389) (R\$ 20.568) em 2017 e R\$ 107.797 (R\$ 137.667) em 2017. (**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (13.642) (R\$ 2.667) em 2017.

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais é composto, basicamente, por solicitações de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar de R\$ 32.466 (R\$ 50.731 em 2017) e outros créditos de agentes e correspondentes de R\$ 18.926 (R\$ 13.468 em 2017).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2018	2017
a) Títulos e créditos a receber	2018	2017
Crédito com ressarcimentos (*)	80.949	99.147
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 31)	22.632	22.273
Títulos a receber capitalização (nota explicativa nº 31)	21.900	21.321
Canal affinity	17.855	-
Notas promissórias	-	13.751
Redução ao valor recuperável	(15.297)	(40.626)
Outros créditos a receber	3.829	5.725
Total	131.868	121.591

(*) Refere-se, substancialmente, a créditos com ressarcimentos com operações de consórcio no montante de R\$ 56.491 (R\$ 62.271 em 2017).

b) Outros créditos

	2018	2017
Bloqueios judiciais	10.156	12.237
Ajuntamentos a funcionários	12.380	12.300
Outros adiantamentos	9.665	37.638
Total	32.201	62.178

11. OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
a) Aging de saldos	2018	2017
De 1 a 30 dias	16.344	31.038
De 31 a 60 dias	11.889	18.077
De 61 a 120 dias	13.964	18.819
De 121 a 180 dias	5.334	12.866
De 181 a 365 dias	10.270	20.823
Superior a 365 dias	4.824	98.313
Total	62.625	199.936
b) Composição por ramo	2018	2017
Automóvel	8.791	144.753
Patrimonial	20.767	21.758
Transportes	7.367	7.907
Demais ramos	25.700	25.518
Total	62.625	199.936

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

	2018	2017
Ramos	2018	2017
Automóvel	202.030	215.213
Patrimonial	149.477	146.912
Pessoas coletivas	87.479	72.388
Microseguros	53.310	43.576
Rural	45.570	39.513
Pessoas individuais	15.651	19.588
Responsabilidades	9.173	8.625
Riscos financeiros	6.434	6.370
Aeronáuticos	3.670	4.115
Transportes	4.830	2.760
Marítimos	2.534	1.497
Demais ramos	222	548
Total	578.965	561.105
Circulante	478.360	477.642
Não circulante	100.605	83.463
Saldo inicial	561.105	538.967
Constituições	17.860	22.138
Saldo final	578.965	561.105

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Compreende participações na controlada MAPFRE Serviços S.A. (atual denominação da BB MAPFRE Assistência S.A.) e investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no montante de R\$ 1.034 (R\$ 1.141 em 2017).

MAPFRE Serviços S.A.

	2018	2017
Dados da investida	2.000	2.000
Capital social	-	-
Quantidade de ações possuídas	1.000	1.000
ON	1.000	1.000
PN	100%	100%
Percentual de participação	6,21%	13,00%
Total de passivos líquido de provisões judiciais	6.092	11.778
Total de receitas	5.955	8.833
Lucro líquido do exercício	125	1.222
Saldo inicial	5.833	4.901
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(290)
Resultado de equivalência patrimonial	125	1.222
Saldo final	5.958	5.833

14. IMOBILIZADO

	Taxa anual	2017	Adições	Baixas	Depreciação	2018
Imóveis de uso próprio	4%	34.557	352	(17)	(1.362)	32.910
Equipamentos	10% a 20%	9.680	12.412	(1.042)	(8.498)	12.552
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.938	3.813	(780)	(1.070)	4.901
Veículos	20%	1.305	1.119	(414)	(667)	1.343
Outras imobilizações	10% a 20%	19.714	379	(120)	(2.921)	17.052
Total	68.194	18.075	(2.373)	(15.138)	68.758	

	Taxa anual	2016	Adições	Baixas	Depreciação	2017
Imóveis de uso próprio	4%	38.996	5	(2.555)	(1.889)	34.557
Equipamentos	10% a 20%	16.155	796	(10)	(7.261)	9.680
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.730	270	(7)	(1.055)	2.938
Veículos	20%	1.744	316	(227)	(528)	1.305
Outras imobilizações	10% a 20%	4.830	16.080	(143)	(1.053)	19.714
Total	65.455	17.467	(2.942)	(11.786)	68.194	

15. INTANGÍVEL

	Taxa anual	2017	Adições	Baixas	Amortização	2018
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	178.518	37.765	(17.095)	(50.700)	148.488
Outros intangíveis (canal affinity)	-	148.937	-	(1.624)	(27.488)	119.825
Total	327.455	327.455	37.765	(18.719)	(78.188)	268.313

	Taxa anual	2017	Adições	Baixas	Amortização	2017
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	200.448	46.580	(13.880)	(54.630)	178.518
Outros intangíveis (canal affinity)	-	156.243	-	-	(7.306)	148.937
Total	356.691	46.580	(13.880)	(61.936)	327.455	

16.

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	9	407.099	236.453	8	348.844	150.947
Provável	2	199.390	229.494	1	150.947	150.947
Possível	7	207.709	6.959	7	197.897	—
Trabalhistas	512	380.198	39.604	493	242.687	11.494
Provável	285	223.662	39.604	89	86.898	11.494
Possível	31	23.740	—	27	78.452	—
Remota	196	132.796	—	127	77.337	—
Cível	12.505	3.434.528	42.823	12.497	1.865.692	14.177
Provável	584	75.589	42.823	333	38.667	14.177
Possível	3.650	164.098	—	3.413	141.786	—
Remota	8.271	3.194.841	—	8.751	1.685.239	—
Total	13.026	4.221.825	318.880	12.998	2.457.223	176.618

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.072.858 (R\$ 2.072.858 em 2017), e está representado por 1.367.567.923 (1.367.567.923 em 2017) ações ordinárias, sem valor nominal.
b) Dividendos e remuneração aos acionistas: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. No exercício a reserva de investimento foi consumida em sua totalidade na absorção do prejuízo do exercício. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

29. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Automóvel	2.741.982	2.577.156	75,82%	71,40%	23,97%	22,16%
Patrimonial	1.296.132	1.189.395	53,61%	52,74%	18,39%	18,64%
Pessoas coletivo	618.983	629.378	23,08%	25,54%	39,57%	39,34%
Rural	415.386	387.772	65,94%	53,13%	19,95%	18,88%
Riscos financeiros	277.015	263.600	45,73%	84,43%	20,56%	24,82%
Riscos especiais	149.921	225.922	57,78%	0,04%	0,33%	0,47%
Aeronáuticos	107.648	137.193	81,13%	133,40%	1,27%	1,18%
DPVAT	182.905	151.907	312,10%	87,22%	3,80%	4,11%
Marítimos	75.964	73.935	71,42%	42,76%	16,84%	13,09%
Responsabilidades	79.603	76.412	63,15%	73,23%	5,52%	5,16%
Demais	442.940	379.746	38,48%	51,48%	24,96%	30,88%
Total	6.388.479	6.092.416	67,89%	61,01%	22,18%	21,64%

b) Prêmios emitidos	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Prêmios diretos	6.402.908	6.115.309	5.837.126	5.571.193
Prêmios de cosseguos aceitos	154.390	157.193	116.402	116.402
Prêmios de cosseguos cedidos	(83.994)	(116.402)	107.797	97.665
Recuperação de custos iniciais de contratação(*)	—	—	—	99.725

c) Sinistros ocorridos	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Sinistros	(4.336.907)	(3.717.274)	(4.168.180)	(3.647.518)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER	(9.706)	(15.381)	(239.032)	(249.407)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(75.755)	(7.988)	(164.693)	(168.446)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	149.210	222.807	171.249	149.379
Resarcimentos	(1.417.107)	(1.318.769)	(1.334.553)	(1.229.047)
Recuperação de comissões	1.500	4.743	(25.890)	(24.475)
Despesas com inspeção de riscos	(76.024)	(92.128)	17.860	22.138
Variação das despesas de comercialização diferidas	(438.071)	(303.105)	(261.330)	(61.990)
Apólices e contratos	(30.733)	(28.007)	(33.897)	(15.145)
Despesas com cobrança	(16.250)	(16.605)	(60.736)	(37.780)
Contingências cíveis	(53.015)	(41.396)	39.980	(75.812)
Endomarketing	1.975	25.274	1.975	25.274
Serviços de terceiros	(24.065)	(51.644)	(32.911)	(370.000)
Rastreadores	(1.297.828)	(987.319)	1.297.828	987.319
Redução ao valor recuperável	(1.330.739)	(1.357.319)	(68.645)	(1.223.916)
Operações intragrupo	(68.645)	(177.234)	122.519	100.028
Outras despesas	27.052	14.474	(7.222)	(6.929)
Salvados e ressarcimentos	(49.925)	(10.476)	2.556	(53.266)
Variação das provisões de resseguro	(712.951)	(622.658)	(365.549)	(318.042)
Outros resultados com resseguros	(172.376)	(131.068)	(163.874)	(168.028)
Recuperação de indenização	(14.755)	(12.865)	(14.755)	(12.865)
Despesas com resseguro	3.603	7.345	(115.200)	(101.913)
Prêmios de resseguro - direto	(102.017)	(94.321)	12.696	16.416
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(18.348)	(15.589)	2.063	2.668
Prêmios de resseguro cancelados	(4.335)	(3.836)	(4.335)	(3.836)
Prêmios de resseguro restituídos	(5.259)	(7.251)	167.292	238.669
Salvados e ressarcimentos	(339.548)	(374.483)	130.578	172.005
Variação das provisões de resseguro	130.578	172.005	35.994	48.069
Outros resultados com resseguros	63.767	59.158	201	737
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	25.303	30.899	65.659	29.242
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	1.566	4.069	7.394	10.077
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.086	20.227	(172.256)	(135.814)
Rendimentos equivalentes de caixa	(25.681)	(38.669)	(76.362)	(44.193)
Juros de prêmios	(42.523)	(3.981)	(42.523)	(3.981)
Oscilação cambial	(15.794)	(10.038)	(15.794)	(10.038)
Recitas com créditos tributários	(11.896)	(38.933)	—	—
Atualização de depósitos judiciais	—	—	—	—
Outras receitas financeiras	—	—	—	—
Despesas financeiras	—	—	—	—
Consórcio DPVAT	—	—	—	—
Oscilação cambial	—	—	—	—
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar	—	—	—	—
Atualização monetária sobre provisões judiciais	—	—	—	—
Despesas financeiras de juros	—	—	—	—

f) Resultado com operações de resseguro
Recita com resseguro
 Recuperação de indenização
Despesas com resseguro
 Prêmios de resseguro - direto
 Prêmios de resseguro - cosseguro aceito
 Prêmios de resseguro cancelados
 Prêmios de resseguro restituídos
 Salvados e ressarcimentos
 Variação das provisões de resseguro
 Outros resultados com resseguros

g) Despesas administrativas
 Pessoal próprio
 Serviços de terceiros
 Localização e funcionamento
 Publicidade e propaganda
 Outras despesas administrativas

h) Despesas com tributos
 COFINS - Crédito tributário
 PIS - Crédito tributário
 Taxa de fiscalização
 Outras despesas com tributos

i) Resultado financeiro
Recitas financeiras
 Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado
 Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda
 Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento
 Rendimentos equivalentes de caixa
 Juros de prêmios
 Oscilação cambial
 Recitas com créditos tributários
 Atualização de depósitos judiciais
 Outras receitas financeiras

Despesas financeiras
 Consórcio DPVAT
 Oscilação cambial
 Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar
 Atualização monetária sobre provisões judiciais
 Despesas financeiras de juros

(*) Conforme Circular SUSEP nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG).

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (Brasilevicos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avencas, as locações de: Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MF/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MF/FGV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com remuneração do locatário; • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigida pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimento do GRUPO MAPFRE. • Call Center localizado na cidade de Franca: Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimento para Brasília. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos durante os arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas decorridas durante o exercício, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Edifício Torre Alfa	15.139	15.707	58.128	69.498	56.500	202.615	129.767	287.820	22.835
Call Center - São Carlos	2.466	3.309	8.462	12.678	—	—	10.928	15.987	3.183
Total	17.605	19.016	66.590	82.176	56.500	202.615	140.695	303.807	26.018
GRUPO MAPFRE									
Edifício Torre Alfa	20.312	21.075	77.993	93.248	75.808	271.857	174.113	386.180	30.345
Call Center - São Carlos	3.308	4.440	11.354	17.105	—	—	14.662	21.451	4.271
Total	23.620	25.515	89.347	110.259	75.808	271.857	188.775	407.631	34.616

Resultado
 Compensação (30% do lucro)
 Alíquota de IRPJ e CSLL
Compensação do crédito tributário
 IRPJ
 CSLL
Crédito tributário
Saldo a compensar

	2018 (*)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Compensação (30% do lucro)	120.580	375.017	551.359	718.555	867.991	906.533	993.447	1.107.922	1.198.198	1.198.198
Alíquota de IRPJ e CSLL	(36.174)	(112.505)	(165.408)	(215.567)	(260.397)	(271.960)	(298.034)	(332.377)	(332.024)	(332.024)
Compensação do crédito tributário	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
IRPJ	439.062	(9.043)	(28.126)	(41.352)	(53.892)	(65.099)	(67.990)	(74.509)	(83.094)	(85.256)
CSLL	251.116	(5.426)	(16.876)	(24.811)	(32.335)	(39.060)	(40.794)	(44.705)	(49.856)	(49.954)
Crédito tributário	690.178	(14.469)	(45.002)	(66.163)	(86.227)	(104.159)	(108.784)	(119.214)	(132.950)	(132.210)
Saldo a compensar	690.178	675.709	630.707	564.544	478.317	374.158	265.374	146.160	13.210	—

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do GRUPO.
 (**) Inclui efeito da redução da alíquota da CSLL para 15% R\$ 46.640

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO MAPFRE, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Seguradora mantém operações de resseguro com o IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas coligadas e a controlada MAPFRE Serviços S.A. (atual BB MAPFRE Assistência S.A.) do GRUPO:

	2018	2017
Ativo circulante	16.083	10.259
Bancos	16.083	10.259
Banco do Brasil S.A.	307.784	170.888
Operações com resseguradoras	265.954	52.563
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	2.536	2.536
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	28.727	44.707
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	10.567	71.065
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	22.633	22.273
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	2.195	2.224
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	—	2.224
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	12.902	9.779
Brasilevicos Companhia de Seguros (1)	9.731	2.075
MAPFRE Vida S.A. (1)	21.900	21.339
Títulos e créditos a receber - Outros	1.551.150	1.615.145
Brasilevicos Companhia de Seguros	1.551.150	1.204.779
MAPFRE Capitalização S.A. (7)	1.297.828	987.319
Provisões técnicas de ativos de resseguro	1.837.424	1.615.145
IRB Brasil Resseguros S.A.	5.610	6.407
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	122.934	111.077
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	157.730	202.882
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	2.205.824	1.839.904
Passivo circulante	2.251	4.648
Obrigações a pagar - Outras	2.075	1.110
Aliança do Brasil Seguros S.A.	—	427
Brasil Assistência Ltda.	151	78
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento	—	21
Brasilevicos Companhia de Seguros	1	—